

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 4 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-868-7 DOI 10.22533/at.ed.687192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DISCURSOS E REFLEXÕES INICIAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Sebastiani Stamm Hirsh Brambilla Jislaine da Luz Sílvia Cândida de Oliveira Dill	
DOI 10.22533/at.ed.6871923121	
CAPÍTULO 2	14
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS EM SANTANA DO IPANEMA: EXPERIÊNCIAS EM FOCO	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva Lanielle Ramos da Silva Maciane Rodrigues Feitosa Miriane Rodrigues Feitosa Rayane Souza Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6871923122	
CAPÍTULO 3	24
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AS “EVIDÊNCIAS” DA GLOBALIZAÇÃO EM DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL	
Julio Antonio Moreto	
DOI 10.22533/at.ed.6871923123	
CAPÍTULO 4	39
O OLHAR DOS FORMADORES A PARTIR DE UMA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	
Waléria de Jesus Barbosa Soares Carlos André Bogéa Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6871923124	
CAPÍTULO 5	49
POSSIBILIDADES E LIMITES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA <i>ONLINE</i> DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Wilson Teixeira da Silva Daise Lago Pereira Souto	
DOI 10.22533/at.ed.6871923125	
CAPÍTULO 6	60
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: ESPAÇOS, TEMPOS E SABERES	
Everaldo Dias Matteus	
DOI 10.22533/at.ed.6871923126	

FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

CAPÍTULO 7	70
A ESCOLA ATUAL E A RESPONSABILIDADE DA FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO E SOCIAL	
Eber Silva Ostemberg	
DOI 10.22533/at.ed.6871923127	
CAPÍTULO 8	81
50 ANOS DE MOBILIZAÇÃO EM SANTOS: A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE O GOVERNO MILITAR	
Thalita Di Bella Costa Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.6871923128	
CAPÍTULO 9	95
A AUTONOMIA COMO ESTRATÉGIA PARA A APRENDIZAGEM COLABORATIVA E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	
Max Augusto Franco Pereira	
Henrique Nou Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.6871923129	
CAPÍTULO 10	108
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE	
Dagmar Braga de Oliveira	
José Elyton Batista dos Santos	
Manoel Messias Santos Alves	
Bruno Meneses Rodrigues	
Willian Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.68719231210	
CAPÍTULO 11	115
ENTRE O POPULAR E O FORMAL: DESAFIOS DO PROJETO TECENDO A CIDADANIA NO CAMPO - PRONERA EJA	
Cláudia Valéria de Assis Dansa	
Joice Marielle da Costa Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231211	
CAPÍTULO 12	129
OS DIREITOS HUMANOS COMO ELEMENTO TRANSDISCIPLINAR DOS CURRÍCULOS JURÍDICOS: A BUSCA DE UMA FORMAÇÃO VOLTADA À CIDADANIA	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
DOI 10.22533/at.ed.68719231212	
CAPÍTULO 13	135
QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO FORMAÇÃO HUMANA E A SUPERVISÃO EDUCACIONAL: UM PENSAR E UM FAZER EM CONSTRUÇÃO	
Sandra Cristina Tomaz	
Margarida Montejano da Silva	
Charles Durães Leite	
DOI 10.22533/at.ed.68719231213	

FORMAÇÃO DOCENTE

- CAPÍTULO 14** 147
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA UFPI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO VIGENTE E DO ANO 2000
Antonia Dalva França de Carvalho
Lya Raquel Oliveira dos Santos
DOI 10.22533/at.ed.68719231214
- CAPÍTULO 15** 158
ANÁLISE DOS ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DE DOCUMENTÁRIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ÊNFASE NA PROBLEMATIZAÇÃO
Tatiane da Silva Santos
Joanna Angélica Melo de Andrade
Divanizia do Nascimento Souza
DOI 10.22533/at.ed.68719231215
- CAPÍTULO 16** 170
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA E FORMATIVA
Anaína Souza Santana
Maria Aparecida Antunes Moreira
DOI 10.22533/at.ed.68719231216
- CAPÍTULO 17** 181
INTEGRANDO TIC E PRÁTICAS DE PESQUISA – ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA WEBQUEST NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Melise Peruchini
Karla Marques da Rocha
DOI 10.22533/at.ed.68719231217
- CAPÍTULO 18** 194
MOVIMENTO DE RECONFIGURAÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE DE FORMADORES NA ACIDES E OS SABERES MOBILIZADOS NO ENSINO POLICIAL MILITAR: LIMITES E POSSIBILIDADES
Benôni Cavalcanti Pereira
Kátia Maria da Cruz Ramos
Ivanildo Cesar Torres de Medeiros
DOI 10.22533/at.ed.68719231218
- CAPÍTULO 19** 208
O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA SEGUNDO A TEORIA DA EVOLUÇÃO DE DARWIN: FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Vanessa Minuzzi Bidinoto
Maria Guiomar Carneiro Tommasiello
DOI 10.22533/at.ed.68719231219
- CAPÍTULO 20** 219
O POSICIONAMENTO DOS ACADÊMICOS ACERCA DA FRAGMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO NO CEFD/UFMS E AS POSSIBILIDADES PARA FORMAÇÃO AMPLIADA
Adelina Lorensi Prietto
Gabriel Vielmo Gomes
Gilmar Belitz Pereira Junior

Gislei José Scapin
Maristela da Silva Souza
DOI 10.22533/at.ed.68719231220

CAPÍTULO 21 230

PRÁTICA ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Lucinara Bastiani Corrêa
Juliana Mezzomo Cantarelli
Michele Moraes Lopes

DOI 10.22533/at.ed.68719231221

LEITURA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 22 239

O TEMPO VOA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCOMUNICATIVA NA PRODUÇÃO DE UMA RADIONOVELA

Luiza Rorato de Oliveira
Caroline Valente Comassetto
Rosana Cabral Zucolo

DOI 10.22533/at.ed.68719231222

CAPÍTULO 23 248

LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS NA ESCOLA: REFLETINDO SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA

Marina Mercado Soares Gaúna
Karla Ferreira Costa

DOI 10.22533/at.ed.68719231223

CAPÍTULO 24 263

EDUCOMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INSERÇÃO SOCIAL NA ESCOLA DESEMBARGADOR MILTON ARMANDO POMPEU DE BARROS EM COLÍDER – MATO GROSSO

Leandro José do Nascimento
Adriano Eulálio Araújo
Maria José Basso Marques
Regina Uemoto Maciel Martins

DOI 10.22533/at.ed.68719231224

CAPÍTULO 25 273

AS ATRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SOB A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Sandra Andrea Souza Rodrigues
Suely Cristina Silva Souza
Cosme dos Santos Montalvão

DOI 10.22533/at.ed.68719231225

CAPÍTULO 26 284

A LEITURA DE LEITE NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Simone de Souza Silva
Márcia da Silva Lima Luna

DOI 10.22533/at.ed.68719231226

CAPÍTULO 27	295
BOLIN (BOLETIM LINGUÍSTICO E LITERÁRIO): UM JORNAL ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS RIO POMBA DESENVOLVIDO EM 2014	
Josimar Gonçalves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.68719231227	
CAPÍTULO 28	307
MEMÓRIAS DE LEITURA E ESCRITA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE	
Maurecilde Lemes da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.68719231228	
CAPÍTULO 29	320
O USO DA LINGUAGEM LOGO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Jefferson Felipe Albuquerque Cavalcante	
Vanio Fragoso de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.68719231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	327
ÍNDICE REMISSIVO	328

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA E FORMATIVA

Data de aceite: 09/12/2018

Anaína Souza Santana

FICS-Facultad Interamericana de Ciencias
Sociales
Rosario-Asunción

Maria Aparecida Antunes Moreira

FICS-Facultad Interamericana de Ciencias
Sociales
Rosario-Asunción

O Presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo compreender as práticas avaliativas e seus significados refletidos na aprendizagem escolar no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho no município de Guanambi-Ba.

RESUMO: O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, no município de Guanambi-Bahia. O objetivo deste estudo, consiste em compreender as práticas avaliativas, seu sentido e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativa e quantitativa, os dados foram coletados através de análise documental e questionários aplicados aos professores e alunos. Os dados foram analisados sob a teoria de Minayo (2001). Os documentos analisados

foram: PPP (Projeto Político Pedagógico), Planos de Curso (2018), Matriz Curricular do ENEM (2017), Matriz Curricular e Descritores da SAEB (2017). A fundamentação teórica se embasou nos estudos realizados por Freire (1987), Garcia (2013), Hoffmann (2005), Libâneo (1984), Luckesi (1998, 2005), Rosa (1997), Vasconcelos (2001) Villas Boas (2004) e outros. Com base na pesquisa é possível afirmar que as práticas avaliativas perpassam as provas e testes e adquire mais que significados, pautando sua importância no sentido a ela atribuída. Desta forma, conclui-se que o processo avaliativo é reflexivo e para que haja um desempenho da aprendizagem satisfatório para todos os envolvidos neste processo é necessário ética, coerência e compartilhamento de responsabilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas avaliativas. Reflexão. Significados.

EVALUATION OF SCHOOL LEARNING AS A REFLECTIVE AND FORMATIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

ABSTRACT: This article presents partial results of research conducted at the Governador Luiz Viana Filho State College, in the municipality of

Guanambi-Bahia. The objective of this study is to understand the evaluation practices, their meaning and meanings reflected in the performance of school learning. The methodology used was qualitative and quantitative, the data were collected through document analysis and questionnaires applied to teachers and students. Data were analyzed under Minayo's theory (2001). The documents analyzed were: PPP (Pedagogical Political Project), Course Plans (2018), ENEM Curriculum Matrix (2017), Curriculum Matrix and SAEB Descriptors (2017). The theoretical foundation was based on the studies by Freire (1987), Garcia (2013), Hoffmann (2005), Libâneo (1984), Luckesi (1998, 2005), Rosa (1997), Vasconcelos (2001) Villas Boas (2004) and others. Based on the research it is possible to affirm that the evaluative practices go beyond the exams and tests and acquire more than meanings, basing their importance in the sense attributed to it. Thus, it is concluded that the evaluation process is reflective and for a satisfactory learning performance for all involved in this process requires ethics, coherence and sharing of responsibilities.

KEYWORDS: Evaluative practices. Reflection. Meanings.

1 | INTRODUÇÃO

É notório as transformações que o sistema educacional brasileiro vem passando desde a sua instituição, versando dos moldes liberais para o progressista, dos tradicionalistas para os construtivistas. Considerando inclusive o contexto atual onde as novas tecnologias, chegaram até mesmo mais cedo para os alunos do que aos professores.

Somos seres históricos e as práticas avaliativas acompanham o homem ao longo de sua história no compasso das suas necessidades emergentes. Segundo o dicionário Aurélio um dos conceitos de avaliação é “apreciar o merecimento; reconhecer a força”, nos primórdios essa prática já era utilizada por tribos, como costumes e rituais para elevação do status de jovem para adulto.

A cada dia mudanças emergem, e no que se refere às práticas educacionais, a escola passou por uma série de modificações, metodológicas, filosóficas e outras, que refizeram o seu perfil em termos de estrutura e organização, mas acompanhar esse processo dentro de uma perspectiva reflexiva, interativa e interventiva no consenti a forma de avaliar o aluno ainda é um desafio para os profissionais da educação.

No âmbito escolar muitas são as discussões sobre avaliar qualitativamente, no entanto muitas vezes as ações divergem da teoria, assim:

[...] no caso da educação escolar, mudar a disposição das carteiras, a cor da lousa, o lugar da mesa da professora dentro da sala, eliminar cartilhas, introduzir novos materiais não caracterizam, por si só, uma mudança. (ROSA, 1997, p.18)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 24,

inciso V, alínea a, ressalta que a “avaliação deve ser contínua e cumulativa, em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

No artigo 22 diz que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Logo, é possível inferir que o objetivo da educação não é promover os melhores alunos as séries seguintes e reprovar os que não atingirem a média.

Com fulcro nas explicações baseadas na LDB é no mínimo incoerente continuar avaliando os alunos através de notas. Ou dizer que alguém só poderá seguir para determinada série caso alcance a média. Média essa que não é unificada, sendo diferente para muitas escolas. Assim, um aluno que foi reprovado em uma determinada escola em que a média vigente era 7 (sete), poderia ter sido aprovado em outra em que a média fosse 6 (seis). Luckesi (2005) traz algumas reflexões sobre a utilização das notas e não das competências pedagógicas:

Será que o educando manifestou uma melhor e mais adequada aprendizagem, não deveria assim ser considerado? Então, por que classificá-lo abaixo do possível valor do seu desempenho? A possível competência não deveria ser, segundo as regras do ritual pedagógico, registrada em símbolos compatíveis e correspondentes? Por que então modifica-la? (LUCKESI, 2005, p.36)

Para os estudantes do último ano do ensino médio, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é uma constante e conseqüentemente para a escola também, que passam a fazer parte de um ranking que estimula o aspecto competitivo. A matriz curricular do ENEM tem por base competências definidas para o exame.

Art. 2 Constitui objetivo primordial do ENEM aferir se aqueles que dele participam demonstram, ao final do ensino médio, individualmente, domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e se detêm conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (Portaria nº 468 de 03 de abril 2017)

Zanchet (2003) questiona o uso do termo avaliação para o ENEM, pois acredita que avaliação é um processo amplo e não se resume a um ato isolado. Então nos moldes que é realizado, seria apenas parte de processo e não corresponderia ao todo.

Reduzir a avaliação à aplicação de um exame, é reforça uma visão mecanicista e simplificadora, constituída como uma tecnificação da formação. Esta perspectiva é responsável pela proliferação das provas de rendimento e das escalas de atitudes, onde as metas estão predeterminadas e os fins estão fixados, delegando à avaliação a medição do êxito nos resultados obtidos. (ZANCHET, 2003, p.05)

2 | CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HUMANIZADA

Partindo do pressuposto que princípios básicos para a humanidade como igualdade, liberdade e educação são direitos sinalizados na legislação brasileira (Constituição Federal de 88, LDB, 9394/96 e ECA), a escola como uma instituição social deve ser o local onde o exercício da cidadania possa imperar.

Neste contexto, os profissionais da educação precisam ter delineados o entendimento acerca da sociedade a qual atuam e do método que a ela se vai aplicar. Conforme Luckesi, (2005, p.28) “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”. De acordo Freire:

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como um processo de busca. (FREIRE, 1987, p.34)

O autor dialoga também sobre os educadores que tem por objetivo a domesticação do estudante e aqueles educadores que pretendem a humanização dos educandos. Segundo Libâneo (1984) o primeiro grupo de pedagogias está preocupado com a reprodução e conservação da sociedade e, o segundo, voltado para as perspectivas e possibilidades de transformação social.

Como são duas vertentes diferentes, as práticas de avaliação também se distinguem, sendo uma voltada para avaliação institucional e outra para a avaliação da aprendizagem. Para Luckesi:

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser *autoritária*, pois, esse caráter pertence a essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. (LUCKESI, 2005, p. 32)

O autor discorre também sobre a prática oposta, afirmando que:

Ao contrário, a prática de avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações (PIAGET, 1973, LUCKESI, 1984, p. 32)

Diante do exposto é possível perceber que práticas avaliativas, baseadas em moldes autoritaristas, versam uma pedagogia conservadora, enquanto uma prática avaliativa democrática busca a transformação social e reflete os direitos e anseios dos seres humanos já expressados na legislação.

Nesta perspectiva a avaliação não pode ser praticada de forma classificatória,

Luckesi, (2005) nos diz que “a atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a *classificação* e não o diagnóstico como deveria ser construtivamente”. O Autor alerta que:

[...] O educando como sujeito humano é histórico; contudo, julgado e classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do molde escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos. (LUCKESI, 2005, p.35)

Muitas vezes, a avaliação é praticada com um fim, e não como um meio, neste sentido Luckesi, nos diz que:

[...] de fato, o momento da avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como, no caso, a aprendizagem”. (LUCKESI, 2005, p. 34-35)

A luz das reflexões do autor, é possível inferir que o princípio da igualdade previsto na legislação, ainda não é efetivo dentro das práticas avaliativas no âmbito escolar. Esta situação pode se caracterizar como uma forma de opressão. Para (FREIRE, 1987, p.47), “falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira”.

Logo, falar em competências e habilidades e estipular uma nota para classificar é no mínimo incoerente.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Identificar e compreender as práticas avaliativas, bem como seus sentidos e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar, foi o objetivo desta pesquisa. Que ocorreu no Colégio Estadual Governador Luz Viana Filho, no município de Guanambi-Ba, com os estudantes e professores do 3º ano do turno vespertino.

O cunho qualitativo da pesquisa se caracterizou por estarmos em contato direto com o sujeito, objetivando responder questionamentos subjetivos acerca das suas expectativas, anseios e perspectivas dentro do processo avaliativo. Segundo MINAYO (2010, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada”.

Um dos instrumentos de coleta de dados foi a entrevista, realizada através de questionários com perguntas objetivas e subjetivas tanto para os professores quanto para os estudantes. O que possibilitou observar os anseios e reflexões de ambos dentro do processo avaliativo e analisar como os mesmos experienciam esse processo além de investigar os sentidos e significados que a avaliação possui

para todos os envolvidos.

Os questionários dos estudantes foram enumerados de 01 a 40. Cada um correspondendo a um aluno, que passou a ser representado pelo número e não por nome. Com os educadores também houve a necessidade de uma representatividade que não expusesse o nome, inclusive dois educadores não se identificaram, então, todos foram classificados por letras na sequência do alfabeto. Assim, todos os nomes foram preservados conforme, comprometimento firmado e expresso no questionário da pesquisa por eles respondido. Desta forma, a coleta de dados, ocorreu de forma ética, com isonomia e imparcialidade, proporcionando aos envolvidos segurança e confiança na pesquisa. O quadro abaixo mostra as respostas dos professores colaboradores da pesquisa ao serem questionados sobre o (s) significado (s) da avaliação:

Professor	Respostas
A	“Avaliar significa, analisar o processo de ensino e aprendizagem. Tanto para o trabalho do professor, quanto o empenho do aluno em aprender”.
B	“A avaliação ainda é um termômetro da aprendizagem dos alunos ou tenta ser”.
C	“É um instrumento muito valioso que o professor tem em mãos e que se for bem usado surgirá efeitos grandiosos”.
D	“A avaliação proporciona, uma reflexão sobre o trabalho realizado e se realmente está dando resultado”.
E	“A avaliação deve ser um momento em que o aluno expressa alguns dos seus conhecimentos, porém a avaliação nem sempre representa se houve aprendizagem”.
F	“Significa momento de reflexão”.
G	“A avaliação representa oportunidade, tanto para o professor quanto para o aluno”.
H	“Significado de retorno, onde é possível analisar o que precisa ser melhorado e potencializar o que está bom”.

Tabela 01- SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO PARA OS DOCENTES

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

Neste sentido Hoffmann (1993, p. 153), nos diz que “avaliação significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido.

O mesmo questionamento foi direcionado aos discentes, 33% responderam tensão, medo e, ou preocupação enquanto a maioria 67% disseram achar importante e necessária. Ponto que chamou a atenção, foi que nenhum estudante classificou a avaliação como desnecessária e sem significado, mostrando que mesmo com todos os encargos ao redor do termo avaliação eles conseguem perceber a sua importância e necessidade no âmbito da aprendizagem, conforme representado no gráfico 01.

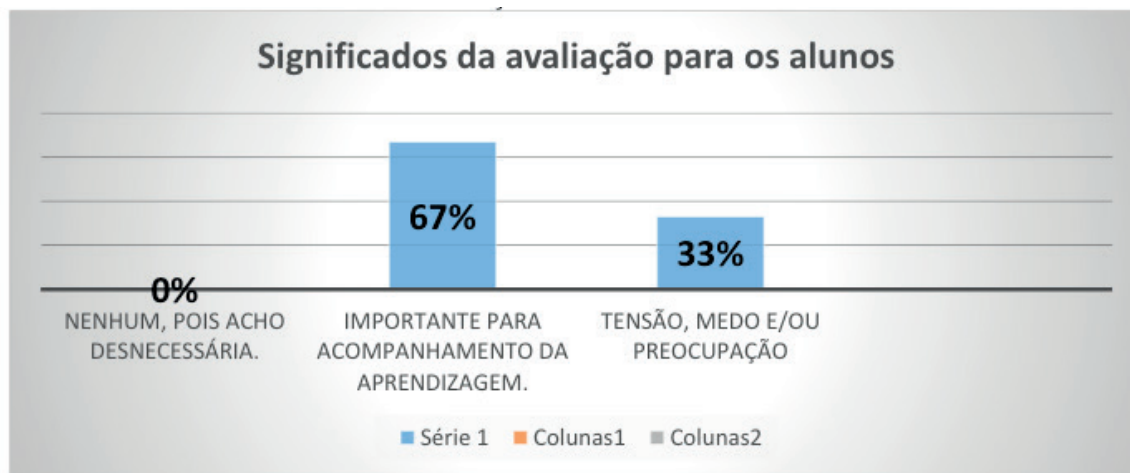


Gráfico 01- SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

Na pergunta “Sua escola trabalha na perspectiva de preparação para o ENEM e para as seleções externas? A maioria respondeu positivamente harmonizando com a análise dos planos de curso e com o PPP da Instituição. Porém 28% diz que este trabalho acontece às vezes, 10% afirmaram não perceber atividades voltadas para este fim e 3% disseram que raramente esse trabalho ocorre.

O exposto, denota que a maior parte dos estudantes, percebem e participam das atividades voltadas para o ENEM e vestibulares, mas revela também que uma parcela significativa dos alunos, nem mesmo percebem que essas atividades estão sendo realizadas.

Na perspectiva de uma avaliação que não se limita a classificação de uma série para outra, mas de uma avaliação formativa e reflexiva que contemple princípios éticos, políticos e culturais, Villas Boas assevera que:

A avaliação que valoriza o aluno e sua aprendizagem e o torna parceiro de todo processo conduz a inclusão e não a exclusão. Esse é o papel da avaliação formativa. [...] contrariamente a avaliação classificatória, a formativa promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola, sendo, portanto aliada de todos. Despe-se do autoritarismo e do caráter seletivo e excludente da avaliação classificatória. (VILLAS BOAS, 2008, p.33)

No intuito de identificar como o aluno se vê dentro do processo educacional. Houve o questionamento: “você se considera um aluno participativo? As respostas revelaram o nível de autonomia do estudante, estudante este que já está concluindo o ensino médio, sem ter percebido a importância do seu papel dentro da sala de aula, dentro da escola e conseqüentemente dentro da sociedade. Apenas 27% dos entrevistados se consideram participativos.

Nesta linha inclusiva e participativa foi feito o questionamento: “Como você acredita que deveria ser as formas de avaliação? Visando perceber o sentido que os alunos atribuem as práticas avaliativas. A resposta foi positiva em relação

a existência de provas, com a ressalva de que essas não fossem detentoras da maior parte das notas, sendo apenas um dos instrumentos avaliativos e não fator determinante no resultado final. Na sequência afirmaram a necessidade das avaliações em forma de testes e provas, demonstrando preocupação em relação a um modelo que se aproxime das avaliações externas. As falas dos estudantes corroboram com Villas Boas, que afirma:

A avaliação existe para que se conheça o que o aluno aprendeu e o que ele ainda não aprendeu para que se providenciem os meios para que ele aprenda o necessário para a continuidade dos estudos. A avaliação é vista, então, como uma aliada do aluno e do professor. Não se avalia para atribuir nota, conceito ou menção. Avalia-se para promover a aprendizagem do aluno. Enquanto o trabalho se desenvolve, a avaliação também é feita. Aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas, pois a avaliação sempre ajuda a aprendizagem. (VILLAS BOAS, 2004, p.15)

Compreender o processo avaliativo é fator determinante para engajamento nas suas ações. O Gráfico 02 expressa a ótica do aluno sobre como deveriam ser as práticas avaliativas.

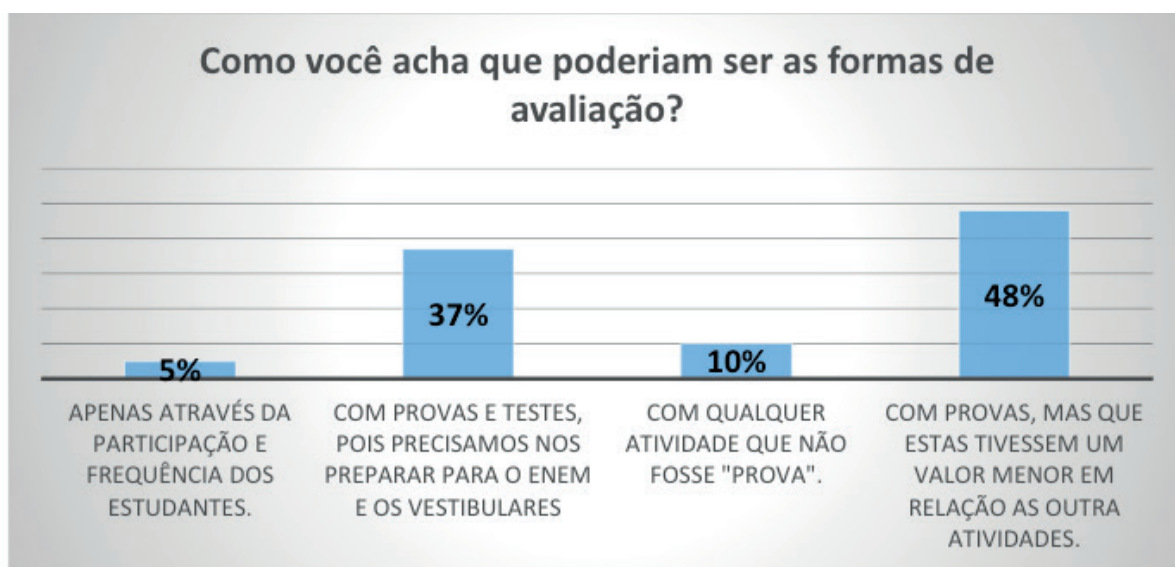


Gráfico 02- PRÁTICAS AVALIATIVAS

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

O saber competente, é uma das premissas da avaliação mediadora, no atual contexto educacional as avaliações externas, como o ENEM, se pautam no desenvolvimento de competências. Neste âmbito, clareza é fundamental. MORETO (2008, p.48) nos diz que: “a arte de perguntar com clareza e precisão se faz necessária e é importante que seja desenvolvida pelo professor no processo de sua interação com o aluno”. O gráfico abaixo ratifica a fala do autor, onde quase metade dos alunos afirmam ter dificuldades de entender as questões das provas.

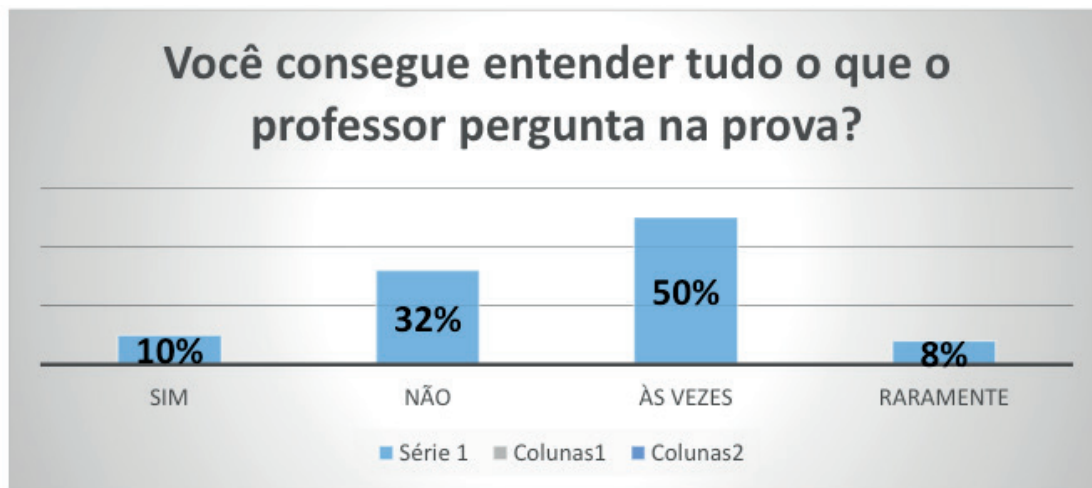


Gráfico 03. COMPREENSÃO DAS QUESTÕES REALIZADAS DURANTE AS PROVAS

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

Na pergunta “O que você acha da autoavaliação? 64% dos entrevistados disseram ser muito importante, por oportunizar ao estudante a reflexão do seu aprendizado, 31% afirmaram ser pouco importante porque muitos estudantes não dizem a verdade e apenas 5% acham desnecessária. Para Garcia (2013):

A autoavaliação é um método pouco utilizado nos espaços escolares, entretanto, de muita valia na percepção da aprendizagem dos alunos, pois a leva a sentir-se responsável por este ato avaliativo, ou seja, “o sujeito passa a ter mais consciência da importância do seu envolvimento no processo de aprendizagem e passa a ter um olhar mais crítico e reflexivo sobre os diferentes aspectos e momentos da sua vida cognitiva. (GARCIA, 2013, p.70)

Na questão” O seu boletim de notas corresponde ao seu aprendizado? ” 55 % disse que sim, seguida de 38% que respondeu nem sempre e, apenas 7% se isentaram dizendo que não.

Nessa perspectiva de uma prática avaliativa processual onde as responsabilidades são compartilhadas, os estudantes foram questionados sobre o que eles fazem quando não atingem resultados satisfatórios nas avaliações. 62% afirmaram procurar estudar mais e tentar recuperar a nota na próxima unidade, 33% disseram ficar preocupados e apenas 5% afirmaram que observam onde erraram e tentam aprender mesmo não valendo mais nota. Esses resultados denotam a preocupação dos discentes com as notas e minimiza a importância do aprendizado.

As respostas para as questões abordando o conselho de classe, deixaram claro que os estudantes reconhecem o conselho como forma de avaliação, mas desconhecem os critérios utilizados nesse processo. Os gráficos 04 e 05 demonstram essa afirmativa.

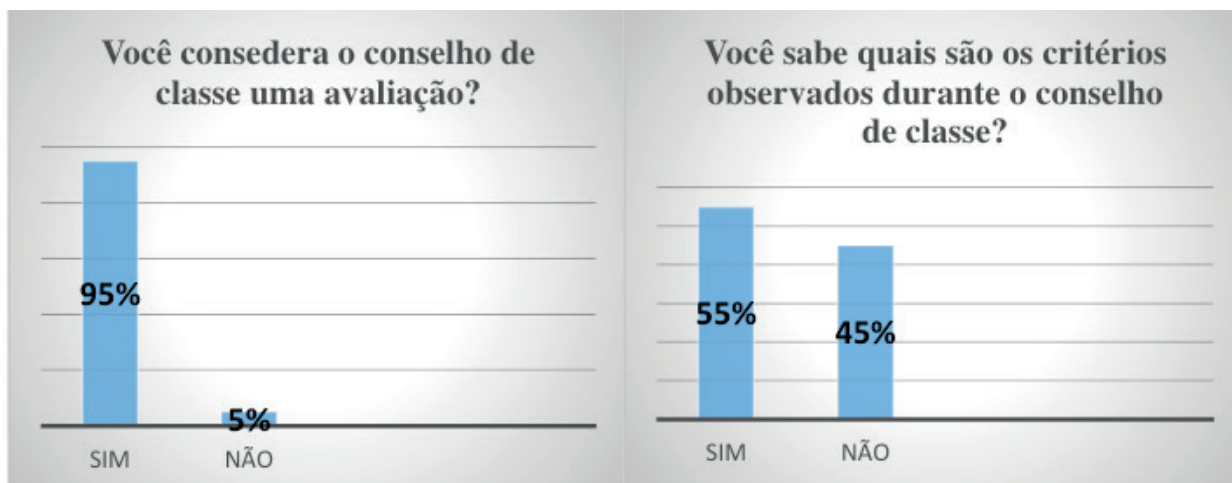


Gráfico 04. CONSELHO DE CLASSE COMO AVALIAÇÃO

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

Gráfico 05. CRITÉRIOS DO CONSELHO DE CLASSE

Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2018.

Em relação aos instrumentos avaliativos, todos os educadores afirmaram utilizar três ou mais instrumentos, 100% dos entrevistados disseram que as práticas avaliativas estão previstas no PPP da instituição, porém não há essa unanimidade quanto a aplicação destas. 70% afirmaram conseguir fazer o trabalho do processo avaliativo em consonância com o PPP, 5% alegraram não conseguir essa consonância por incoerência entre a proposta e a realidade, 25% disseram que as dificuldades enfrentadas estão na resistência a mudanças por parte de alguns docentes.

Para Luckesi (1990, p 71) “a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino”.

4 | CONCLUSÃO

A interpretação dos dados constatou que a questão da pesquisa como as práticas avaliativas seus sentidos e significados refletem no desempenho da aprendizagem escolar? ” é extremamente complexa, visto que, não envolve apenas o aluno, mas também pais, professores e toda a comunidade escolar.

Compreender os conceitos e os aspectos legais que regem as práticas avaliativas permitiu perceber como seu sentido e significado podem refletir no desempenho da aprendizagem escolar. Cada sujeito tem suas particularidades e passa por situações diversas que podem influenciar no desempenho da aprendizagem para o aluno, na atuação para professor e no acompanhamento efetivo para os pais. Evidenciando a necessidade da comunicação e interação entre todos os envolvidos no processo educacional.

Com tudo foi possível concluir que, o processo de ensino e aprendizagem vai

além, dos muros da escola, o caminho para atingir os objetivos é longo, mas não é solitário. Nesse contexto o resultado de um pode refletir o sucesso de todos.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, José Antônio. **Família e escola: um espaço interativo e de conflitos**. São Paulo: Arte e Ciência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

_____. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Avaliação da aprendizagem na educação a distância na perspectiva comunicacional**. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 7ª ed. São Paulo Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

VASCONCELLOS, C.S. **Para onde vai o professor ? Resgate do professor como sujeito de transformações**. São Paulo: Libertad, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio: avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas; SP: Papyrus, 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem Colaborativa 95

Autonomia 10, 22, 61, 69, 75, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 111, 112, 143, 144, 156, 166, 167, 173, 176, 180, 183, 191, 192, 198, 233, 265, 285, 287, 305, 311

Avaliação 35, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 56, 57, 58, 74, 102, 104, 105, 136, 139, 143, 144, 145, 146, 149, 154, 160, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 187, 192, 271, 327

B

Banco Mundial 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

C

Cefapro 1, 2, 7, 12, 49

Contemporaneidade 20, 68, 104, 108, 109, 111, 114, 264

Currículo 11, 14, 15, 40, 42, 62, 68, 70, 75, 76, 77, 79, 80, 124, 136, 144, 145, 147, 151, 153, 155, 157, 167, 190, 223, 225, 226, 229, 300

Currículo escolar 14, 42, 62, 167, 190, 223

Currículo questionador 70

D

Documentários 158, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 266, 272

E

EaD Online 49, 50

Educação Física 72, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Educação Inclusiva 230, 231, 232

Educação Integral 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69

Ensino de Ciências e Biologia 208

Ensino de matemática 49

Evolução Biológica 208, 211, 212, 213, 215, 216, 218

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 74, 75, 78, 79, 82, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 245, 246, 249, 250, 261, 263, 264, 272, 276, 279, 282, 284, 285, 286, 287,

290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 304, 307, 308, 310, 311, 312, 317, 318, 319, 325, 327

Formação Continuada 1, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 99, 145, 191, 192, 290

Formação Continuada de Professores 1, 4, 6, 14, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 53, 57, 58, 191, 192, 290

Formação de professores 14, 18, 22, 30, 31, 32, 33, 36, 50, 55, 57, 59, 148, 149, 151, 155, 156, 157, 169, 181, 182, 185, 191, 208, 218, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 261, 282, 318, 327

Formação docente 7, 31, 63, 66, 148, 158, 159, 160, 162, 165, 168, 201, 307

Formação do professor de Matemática 147

Formação humana 4, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 183, 223, 225, 226, 227, 229, 292

G

Globalização 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 38, 168, 222, 250, 261

H

Histórico da educação 70, 163

I

Inovação Pedagógica 12, 95, 97, 98, 100, 102, 104, 105

Interdisciplinaridade 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 198, 276

L

Licenciatura 14, 20, 21, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 234, 327

M

Matemática 16, 23, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 51, 53, 55, 56, 58, 59, 108, 123, 137, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 167, 254, 321, 322, 325, 326

Metodologias educacionais 70

P

Papel do educador 70, 75

Planejamento 1, 2, 3, 9, 13, 34, 36, 50, 55, 57, 97, 99, 100, 104, 143, 168, 185, 187, 189, 190, 203, 204, 275, 284, 288, 289, 325, 327

Políticas públicas em educação 14

PPC 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Prática enquanto componente curricular 230

Práticas avaliativas 39, 43, 44, 170, 171, 174, 176, 177, 179

Práticas de pesquisa 181, 182, 186, 191, 193

Problematização 10, 52, 66, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 168, 192, 255
Programa Mais Educação 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69

Q

Qualidade social da educação 135, 139, 140, 143, 145

R

Reflexão 4, 5, 6, 15, 17, 18, 19, 21, 43, 52, 65, 75, 77, 78, 108, 109, 111, 114, 118, 121, 123, 144, 148, 156, 161, 165, 170, 175, 178, 184, 189, 190, 191, 198, 204, 225, 226, 230, 231, 232, 234, 237, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 264, 266, 271, 278, 286, 307, 308, 314, 317, 318, 325
Responsabilidade na educação 70

S

Significados 170, 174, 175, 176, 179, 217, 251, 254, 255, 256, 286, 288, 299, 309, 314
Sujeito crítico 17, 71, 108, 109, 110, 114
Supervisão educacional 135, 142

T

Tecnologias Digitais 49, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 95, 98, 99, 103, 104, 106, 268
Trabalho docente 14, 20, 25, 31, 47, 152

W

Webquest 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

